

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Autor(es)

Roni Itamar Braz

David Pascoal Galote Neto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Integrar considerações ambientais nas políticas públicas permite estabelecer um quadro regulatório que promove práticas ambientalmente responsáveis e conservação dos recursos naturais. Segundo RECH (2022), o valor ambiental é essencial para a dignidade humana e reflete-se na legislação, regulando atividades para evitar a exploração mercantil dos recursos naturais. Políticas públicas devem ser baseadas em evidências científicas e sustentabilidade de longo prazo, com envolvimento de especialistas na formulação e implementação, e sistemas de monitoramento robustos. Governos podem promover práticas sustentáveis através de incentivos econômicos para tecnologias limpas, regulamentação ambiental em setores-chave e educação ambiental (Mazzarotto, 2020).

Objetivo

Implementar uma política pública abrangente de desenvolvimento sustentável que integre considerações ambientais em todas as áreas de atuação governamental.

Promover a conservação dos recursos naturais, a mitigação das mudanças climáticas e a promoção de práticas sustentáveis em colaboração com todas as partes interessadas.

Material e Métodos

Artigos científicos: Revisar a literatura acadêmica sobre políticas públicas ambientais, desenvolvimento sustentável, economia verde e temas relacionados.

Documentos governamentais: Analisar políticas, planos de ação e relatórios de progresso de governos locais, regionais e nacionais relacionados à sustentabilidade e meio ambiente. Análise documental: Examinar e sintetizar informações provenientes de documentos, relatórios e políticas relevantes.

Revisão sistemática da literatura: Realizar uma revisão abrangente e estruturada da literatura científica sobre o tema, identificando tendências, lacunas e debates na pesquisa existente.

Análise de dados qualitativos e quantitativos: Utilizar métodos qualitativos, como análise de conteúdo, e métodos quantitativos, como análise estatística, para analisar dados coletados e identificar padrões e relações.

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



Os resultados possíveis para uma pesquisa sobre a integração de considerações ambientais nas políticas públicas e promoção de práticas sustentáveis podem incluir: O Código Flores-tal brasileiro que é estabelecido principalmente pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Esta lei revogou e substituiu legislações anteriores relacionadas à proteção ambiental, consolidando normas específicas sobre a conservação das florestas e demais formas de vegetação nativa no Brasil. A implementação do código aumentou a conscientização sobre a importância da conservação ambiental entre proprietários rurais, agricultores e demais atores envolvidos na gestão do território, promovendo um maior engajamento em práticas sustentáveis.

Podemos elencar ainda, como possíveis resultados:

Conclusão

As principais descobertas deste estudo sobre a integração de considerações ambientais nas políticas públicas e a promoção de práticas sustentáveis: a importância da colaboração entre governo, setor privado, organizações da sociedade civil e comunidades locais; evidências científicas sólidas fornecendo benefícios e impacto positivo dessas iniciativas; identificação de melhores práticas em diferentes contextos e conhecimento científico sobre políticas públicas ambientais.

Referências

- AUGUSTIN, Sérgio; CUNHA, Belinda Pereira da. Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
- MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. Direito e desenvolvimento sustentável. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
- RECH, Adir Ubaldo et al. (org.). Direito ambiental e desenvolvimento sustentável: artigos do IV Encontro nacional de pesquisadores. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Viveiros de Castro, L. F. G.; Cro-nemberger, C. . 2 0 0 7 . D i s p o n í v e l e m : https://www1.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/stories/Viveiros_de_Castro__Cronemberger_2007.pdf. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2022/04/brasil-alia-crescimento-da-producao-agropecuaria-a-sustentabilidade-ambiental-diz-ipea>.